

## **(Con) fusão institucional: novas relações de aprendizagem na Sociedade da Informação<sup>1</sup>**

António Pedro Dores

O número de empregos aumenta nos países desenvolvidos. Porém, tal facto, não pode ser olhado como indicador de uma continuidade, que não existe, nos conteúdos e nos valores do trabalho.

A tendência para a informatização do trabalho e os novos valores associados ao trabalho, como sejam o empenhamento pessoal, qualidade ambiental e de estilo de vida, entre outros, acompanham as mudanças nos modos de gestão empresarial, nomeadamente no que toca à flexibilidade das prestações de trabalho. Tal seguimento é indispensável para que o progresso técnico, digamos assim, não nos conduza a uma situação em que a maioria dos trabalhadores vivam pior do que actualmente. Teremos que saber ultrapassar, ao mesmo tempo, o embrutecimento taylorista e a precaridade do emprego desqualificado, sob pena de agravarmos de forma perigosa as proporções da exclusão social. Teremos que trabalhar para qualificar e tornar inteligentes os trabalhos humanos.

Os que abordam o tema “o fim do trabalho” certamente não se referem nem aspiram a uma sociedade de ócio ou ao abandono da actividade económica e do assalariamento. Referem-se mais, julgo, ao facto de novos valores estarem a emergir, quando os diversos grupos sociais pensam e vivem o trabalho. No futuro, esperam eles e nós também, o tempo e o lugar de trabalho já não serão o centro das nossas vidas individuais. Esperamos que novos espaços institucionais se abram, transformando as nossas vidas em algo mais prometedor, em que possamos investir mais emocionalmente.

Educação, desafogo económico, intervenções urbanas, participação política, trabalho social, etc., serão actividades mais valorizadas. O traba-

lho, no sentido em que a maioria dos assalariados o conhece hoje em dia, será cada vez menos importante para a sociedade e para cada ser humano.

Quer dizer que podemos esperar muito das oportunidades de mudança que aí vêm. Todos os anos muita coisa muda, com uma rapidez estonteante para quem não acompanha os progressos sectoriais. Também por isso, temos necessidade de imaginar algo estável, como forma de equilíbrio psicológico. Quanto mas não seja um rumo de mudança claro, previsível. Temos dificuldades, ao contemplar a diversidade e rapidez das mudanças, em estabelecer quais dessas mudanças são efémeras e superficiais, quais delas vão marcar os nossos próximos anos de vida e quais delas irão, lenta mas seguramente, marcar a vida dos nossos filhos.

Tal situação tanto nos pode inspirar medo como loucura, pensamentos conservadores ou pensamentos utópicos. Muitas vezes procuramos um equilíbrio entre tais tendências naturais, procuramos ser realistas. E assim se dizem coisas fantásticas, como sejam: “as nossas crianças precisam de mais atenção dos seus educadores” ou “os professores devem adaptar as suas qualificações com vista a corresponder às necessidades da sociedade que está para vir, em que viverão os seus alunos”.

Se prestarmos mais atenção a estas frases politicamente correctas, verificaremos a enorme dose de utopia que contem. Quantos professores e pais terão forma de dispensar mais tempo às crianças e jovens, sem uma profunda mudança nos respectivos modos de vida? Que professor poderá orientar as crianças para um futuro *incerto*, quando o sistema de ensino se funda na necessidade de medir a quantidade e qualidade *certa* de matéria assimilada por cada aluno?

Vivemos uma época revolucionária, bem diversa daquela a que Hobsbawm designou por era das Revoluções. As pessoas e as sociedades precisam e produzem cada vez mais mudanças (habitação, família, trabalho, urbes) porque é esse o modo de vida moderno dominante. Porque esse é um dos valores mais importante nas nossas sociedades: progresso igual a crescimento. A maioria aspira, de uma forma explícita ou implícita, a viver as oportunidades (simbólicas ou reais) dos centros desenvolvidos, mesmo quando os riscos são grandes. São oportunidades de educação e formação, de constituir família livremente, de adoptar modos de vida mais valorizados socialmente, de fazer carreira e de trabalhar em actividades estimulantes, em resumo, oportunidade de ganhar dinheiro. Símbolo de poder e de oportunidade, também simboliza as doenças de civilização, nomeadamente o *stress*, e o mecanismo auto-fermentado da economia do crescimento.

Todas estas dinâmicas nos desafiam, talvez mais aos homens - excaçadores, no dizer dos antropólogos - que às mulheres, que ainda

agora se libertam, paulatinamente, do monopólio forçado das tarefas de segurança social das famílias. A vida activa pode representar-se como um carrocel acelerado, só para adultos, em que nos preparamos para entrar e “lutar pela vida”. Quando se entra, nunca se sabe como de lá se sai, tal como o vaqueiro em cima do seu touro, no *rodeo*. Por isso, é preciso segurança social, para quando nos sentimos fracos e precisamos de abandonar a vida activa.

As concepções de vida, também elas, estão a mudar rapidamente. Educação e formação profissional, por exemplo, já não são mais entendidas como uma mera entrada para a vida activa. A rapidez das actividades empresariais, das tecnologias e das organizações implicam cada vez maiores capacidades de interpretação de símbolos escritos, enquanto qualificações básicas para trabalhar, e cada vez mais capacidade para aprender, no quadro da simples manutenção do posto de trabalho ou para fins de reconversão profissional e/ou tecnológica.

Ora, dada a necessidade da mudança, podemos aproveitar e desejar algo para o nosso futuro pessoal e colectivo e lutar por ele. Por exemplo:

- acabar com a experiência traumatizante da transição abrupta entre a vida educativa e a vida activa;
- acabar com o desperdício e, o que é mais grave, com o desprezo pelo potencial de saber e participação dos trabalhadores mais experientes;
- acabar com o isolamento instituído entre os estilos de vida típicos das diversas gerações.

Para tal, temos necessidade de repensar as instituições modernas e as respectivas articulações. Na educação, por exemplo, temos tendência a pensar como humanistas. No trabalho, como tecnocratas. Mas se o trabalho, no sentido institucional, precisa de integrar mais educação e formação - daí a atracção e o sucesso do sistema dual alemão na conferência de Sintra a que assistimos - e se, em sentido inverso, a educação sente necessidade de mais experimentação, incluindo treino de tipo profissional (como é a educação informática, por exemplo) pode fazer sentido testar a seguinte hipótese:

*As instituições modernas do Trabalho e da Educação estão em vias de se (con)fundirem.*

A fusão entre estas duas instituições, até agora separadas, pode acontecer no futuro. Entretanto é natural que enquanto não se produz teoria suficientemente boa para nos guiar nestes novos caminhos institucionais, só nos seja possível experimentar a perplexidade conceptual e prática, pois não dispomos de conceitos úteis para a compreensão da fusão institucional que efectivamente estamos a viver.

## **(Con) fusão institucional no passado e no presente**

A actual sistema educativo mudou muito nos últimos duzentos anos. Nesse espaço de tempo unificou uma série de instituições anteriormente independentes, como sejam a instrução, a formação literária e contabilística, a educação para as boas maneiras, a educação cívica, a educação religiosa, a educação artística, a formação científica, a formação profissional, a especulação académica, a investigação científica. Nos nossos dias, porém, tomamos como natural que todas essas diferentes actividades se (con)fundam no espaço dos sistemas educativos nacionais.

Algo de comparável aconteceu no campo do Trabalho. A organização feudal separava, com a força da lei, diversos tipos de trabalho: os servos da gleba dos artesãos das corporações, das guildas comerciais, das casas financeiras, dos funcionários do estado. A era industrial (con)fundiu cada um destes tipos de actividade num mercado de trabalho bem mais homogéneo no que toca às relações sociais de trabalho, como (con)fundiu e reorganizou as diversas actividades económicas através de laços de cooperação e dependência.

Os sistemas educativos e económicos nacionais modernos são, hoje, inegavelmente, mais integrados que antigamente. Pode, então, justificar-se colocar a hipótese de se poder registar como moderna a tendência de (con) fusão institucional entre ambas as instituições, à semelhança do que aconteceu no passado com outras acima citadas.

Tendo presente a retórica, actualmente muito citada, sobre as intenções de cooperação mútua entre sistemas educativos e sistemas económicos, nomeadamente mercados de trabalho, podemos considerar que há o sentimento, geralmente reconhecido, de considerar potencialmente positiva a exploração das sinergias que se podem libertar nos actos de cooperação entre ambos os sistemas.

O facto de isso raramente se verificar com clareza, produziu a tese da resistência à mudança, em geral pensada como correspondendo à maior inércia das escolas, professores e alunos às mudanças económicas e laborais. Tal tese revela um desequilíbrio de forças e de poder entre as duas instituições, sendo, de momento, claramente mais valorizada socialmente a importância da economia, digamos assim, para o desenvolvimento da sociedade. Mas a tese da resistência à mudança também revela a incapacidade conceptual de pensar as dificuldades e os obstáculos institucionais à descoberta de sinergias potenciais escolas-empresas, aprendizagem-trabalho, ensino-organização. Vivemos, de facto, um tempo de (con) fusão institucional. Algo se passa fora do nosso controlo mas de acordo com os nossos desejos: ensino-aprendizagem e organização-traba-

lho vão estando cada vez mais próximos, mesmo se não somos capazes de o tornar claro para nós mesmos.

## Novo organigrama para as vidas pós-modernas

Costumamos pensar a nossa vida individual como que dividida em patamares. A nossa educação. A nossa vida activa. A nossa vida à custa da solidariedade e segurança social. A nossa morte.

À medida em que o número de trabalhadores da informação aumentam em número absoluto e relativo da população activa e se diferenciam em múltiplas e complexas qualidades, as expectativas sociais dominantes tendem a transformar-se, nuns casos mais lentamente, noutros mais rapidamente.

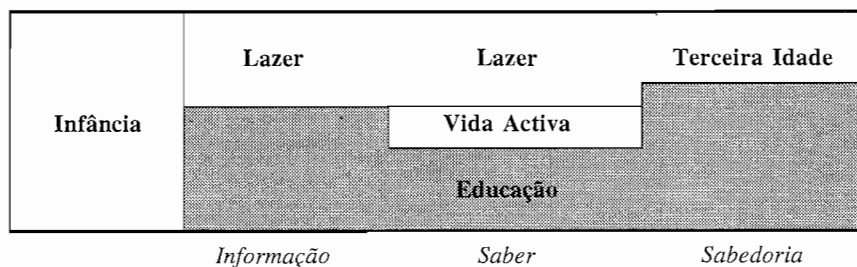
Na Sociedade da Informação, costuma dizer-se, retomando uma ideia que ficou famosa, a matéria-prima, a informação, só tem valor para quem for capaz de a transformar em saber, como inspiração para a acção. Mais valor terá para quem souber retirar dessa informação sabedoria, orientações para a acção e a vida.

Se é assim, os mais velhos estão, em geral, em melhores condições de valorizar a informação. Não são os mais novos ou os mais fortes, como somos levados a crer muitas vezes. Tal conclusão, que é bem aceite pelo “senso comum”, corresponde a uma concepção própria da sociedade industrial, em que a força-de-trabalho assumiu valor em função de outros tipos de condições de valorização das capacidades humanas. Não se referiam certamente à capacidade potencial de produzir sabedoria, como se espera poder vir a acontecer numa sociedade realizável num futuro próximo.

	Lazer	Lazer	
Infância	Educação	Vida Activa	Terceira Idade

A vida educativa invade cada vez mais a Infância e a Vida Activa. A Terceira Idade, graças aos progressos da Medicina, é cada vez mais longa, pois começa cada vez mais cedo e acaba cada vez mais tarde.

O trabalho, o trabalho industrial, ocupará cada vez menos tempo nas nossas sociedades, graças ao desenvolvimento da Ciência e das tecnologias. A educação tomará cada vez mais recursos em tempo, em profissi-



onais e em tecnologias, de momento e em geral, monopólio das redes industriais.

No futuro cada vez menos pessoas precisarão de trabalhar na indústria, mas mais pessoas precisarão de estudar. Para já, as capacidades intelectuais ensinadas nas escolas, e nem sempre aprendidas por todos os alunos, são monopólio de classes sociais minoritárias, que fazem disso bom proveito, desde que tenham disponíveis infraestruturas de transporte e redes de informação (cf. Robert Reich, *O Trabalho das Nações*). Ainda segundo este autor, a solidez da solidariedade e coesão social está, actualmente, dependente do comportamento subjectivo da maioria dos integrantes da classe dos *analistas-simbólicos*, como ele a designa. Se preferirem prescrever aos seus clientes modos de desenvolver a solidariedade e a desenvolverem eles próprios nas suas vidas, a sociedade será mais coesa. Caso não levem a sério as necessidades de solidariedade social e prefiram privatizar os benefícios das diferenças de oportunidades de acesso a recursos materiais, então a sociedade será mais anómica.

No entanto, o nosso segundo quadro mostra que há oportunidades caso os velhos sábios se decidam a organizar a educação dos mais novos: têm aí um forte potencial a desenvolver e uma crescente audiência. Só é necessário criar as condições institucionais para que isso possa acontecer com grande regularidade, i.e., de forma institucionalizada. Não apenas para ouvir discursos mas também, ou até principalmente, para organizar iniciativas portadoras de novas oportunidades de desenvolvimento de coesão social, sejam elas no quadro do combate à exclusão social, sejam elas com vista a um desenvolvimento socio-económico de que nos possamos orgulhar.

## Família de produção-aprendizagem

Estes pensamentos podem levar-nos ao tema da família. Lembra-nos as velhas famílias em que os mais velhos tomavam conta da orientação

da sociedade e da manutenção da coesão social, incluindo a orientação da educação e formação das crianças, jovens e adultos.

A inspiração que recebemos dessa nossa imaginação, a que há que criticar a excessiva dependência pessoal do grupo, ajuda-nos a pensar as possibilidades de realização de um tipo de família dominante diferente, no futuro. Uma família que seja capaz de assumir em conjunto as responsabilidades educativas e as responsabilidades produtivas perante as instituições educativa e de trabalho. Uma família capaz de participar nas actividades da escola com gosto mas também como obrigação de contribuir para a sociedade, ajudando a educar os seus filhos e os filhos dos vizinhos, apresentando-lhes as suas experiências de vida tomadas como relevantes pelos professores e pelos outros pais, contribuindo com materiais ou orientações para as intervenções sociais que a escola, professores, associações de pais, funcionários e alunos, sejam capazes de organizar. Uma família capaz de se responsabilizar como um todo, no campo do trabalho, por cumprir determinadas tarefas tidas como necessárias, de forma flexível, conforme as necessidades da produção e do negócio.

Podemos imaginar uma espécie de sistema educativo em alternância em que cada família é integrada e responsabilizada de forma colectiva, ora na aprendizagem - finalmente tarefa recorrente ao longo de toda a vida - ora na produção - cada vez mais exigente em termos de sabedoria e menos exigente em termos de força física - ora na vida cívica e política local e global.

## **Países semi-periféricos e oportunidades pós-modernas**

No quadro das políticas voluntaristas que na Europa se desenvolvem sob a designação de Sociedade da Informação, países como Portugal têm vantagens comparativas que se podem realçar, na senda das intuições que Samir Amin defendeu, com sucesso intelectual, nos anos setenta.

Os países desenvolvidos da Europa estão numa atitude defensiva. Apenas desejam que o sistema actual lhes permita manterem os níveis de vida a que estão habituados, i.e., contentar-se-ão em perder o menos possível daquilo que já obtiveram.

Nos países do Sul trabalha-se para chegar próximo dos estilos de vida dominantes no Norte, e desejados e copiados no Sul. Mas, o tempo tem-se encarregue de mostrar que a diferença entre as condições de vida das populações setentrionais e meridionais não se têm aproximado.

Portugal, concretamente, tem um tesouro político, que merece ser cuidadosamente acarinhado: não há, de momento, problemas graves nem

de nacionalismos nem de imigrantes. Não só é possível como é conveniente mobilizar, sob a bandeira nacional, para fins positivos e credíveis, capazes de manter e desenvolver a coesão social, contra a exclusão portanto, com vista a um desenvolvimento económico e social realista, incluindo maiores índices de participação política, numa direcção socialmente consensual.

É necessária a coragem e a sabedoria para construir, definir e propor tal política no quadro das instituições políticas, com apoio social. Talvez algum dos leitores esteja disponível...

### **Algumas recomendações políticas**

Mais participação política, mais qualificações escolares e profissionais para todas as idades e gerações, mais liberdade para iniciativas inovadoras locais e globais são objectivos de que nos podemos aproximar através de:

- Centros públicos multi-partidários de atendimento das queixas avulsas, com apoio de especialistas de disciplinas pertinentes para cada caso tratado, sejam eles académicos ou consultores
- Desenvolvimento de trabalho social assalariado, especialmente no quadro das organizações não governamentais, em activa (e por vezes conflitual) interacção com as administrações e empresas locais, regionais, nacionais ou supranacionais, nomeadamente com a finalidade de revelar e desenvolver estilos de vida alternativos aos actualmente dominantes.
- Uma política de promoção de mais qualificações educativas e laborais, a começar, por exemplo, por classificar a qualidade dos gestores e outros responsáveis públicos através dos resultados práticos dos respectivos desempenhos nas qualificações dos seus subordinados.
- No campo da Formação Profissional deveriam ser adoptadas medidas que garantissem que nunca haveria uma acção de formação sem previamente ter sido realizado um estudo, documentado, das necessidades de formação que tivesse merecido a concordância e aprovação dos responsáveis pela encomenda. As acções de formação propriamente ditas deveriam ser organizadas pelas mesmas pessoas que produziram o estudo de necessidades de formação. Uma avaliação posterior, que se referisse ao primeiro estudo realizado, culminaria um trabalho com mais possibilidades de ser eficaz na qualificação das pessoas e das actividades económicas.



- Os pais que requeressem autorização à sua entidade patronal, deviam ter a oportunidade de acompanhar os seus filhos em actividades escolares, especialmente preparadas pelos professores e pelas escolas, para que nelas se pudessem e devessem integrar também os adultos. Para isso as faltas dadas para esse fim deveriam ser obrigatoriamente justificadas e relevadas pela entidade patronal.

### Nota

- 1 Versão portuguesa da comunicação apresentada ao Seminário Internacional: *Sistemas de Educação e de Formação Profissional e o Desenvolvimento Económico*, uma organização conjunta do Ministério das Finanças, do Ministério da Educação e do Ministério para a Qualificação e o Emprego, Sintra, Out. 1996.

António Pedro Soares. Sociólogo. Prof. Auxiliar do Departamento de Sociologia do ISCTE; Investigador do Centro de Investigações e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE). Técnico Superior do INE. Qualquer correspondência pode ser enviada para o ISCTE: Av. das Forças Armadas, 1600 Lisboa; ou pelo Fax. 351(0)1-7940074.